



Conferência Internacional do Trabalho
Intervenção de João Proença – Secretário-Geral da UGT
Delegado dos Trabalhadores Portugueses

Geneve, 12 Junho de 2012

Senhor Presidente

Senhor Director Geral

Caras e Caros Delegados

Esta Conferência surge num momento particularmente importante a nível internacional, em que se exige à OIT uma acção cada vez mais forte na defesa da dimensão social na globalização e no combate à crise.

Uma saudação muito especial ao Director Geral Juan Somavia nesta sua última Conferência. Com ele a OIT reforçou o seu papel na defesa do trabalho digno, do diálogo social tripartido, numa globalização com Justiça Social e do respeito pelas Convenções.

Com Juan Somavia a OIT ganhou peso e respeito na cena internacional e reforçou a sua capacidade de diálogo com os Governos e os parceiros sociais.

Saúdo também o novo Director Geral eleito, Guy Ryder. Pela sua experiência, capacidade e dinamismo, estou certo que dará continuidade à acção desenvolvida e introduzirá novas dinâmicas no relacionamento com os parceiros sociais, aprofundando o papel da OIT na governação da globalização.

A crise internacional continua, o desemprego aumenta, muitos Países sofrem os efeitos da especulação e da falta de regulação do sector financeiro.

Para ultrapassar a crise são indispensáveis políticas de Crescimento e Emprego e combate às desigualdades.

Há que reforçar os investimentos públicos e privados e promover a melhoria dos salários e da competitividade. A austeridade não é a solução para os problemas, sendo indispensável o desenvolvimento económico e social e que o emprego e os direitos, das trabalhadoras e dos trabalhadores, estejam no centro da economia mundial.

A crise internacional demonstrou que não tinham razão os defensores das políticas neo-liberais, daqueles que acreditam que os mercados se regulam a si próprios.

Precisamos dum melhor Estado, Soberano e Social, do reforço da participação e de políticas viradas para a criação e manutenção do emprego.

São estas as políticas por que nos batemos em Portugal, em que os trabalhadores são atingidos por um desemprego brutal, particularmente os jovens, e por tentativas de desregulação laboral e social, de decisão externa e interna, a que nos temos oposto com determinação. Urgem políticas de Crescimento e Emprego e o respeito pelos compromissos tripartidos assumidos.

A globalização continua dominada pela dimensão económica, com ausência de regulação social e ambiental e, sofre os impactos negativos da livre circulação de capitais e da acção das multinacionais.

Queremos uma globalização diferente e o fim de protecionismos que acentuam o poder dos mais fortes, uma globalização sem dumping social e ambiental e sem competição desleal.

E aqui as Convenções e Recomendações da OIT têm um papel fundamental. As cláusulas sociais nos acordos de comércio internacional devem ser baseadas nos instrumentos da OIT, particularmente nas suas 8 Convenções Fundamentais. Exige-se o respeito pela liberdade sindical e pela negociação colectiva, o combate às discriminações e a proibição total das piores formas de exploração.

Condenamos a atitude dos representantes patronais que nesta Conferência impediram o funcionamento da Comissão de Normas. Com a sua atitude estão a dar cobertura aos que não respeitam os compromissos assumidos e violam os direitos humanos.

Nos Países que não ratificaram as Convenções da OIT e particularmente as Fundamentais, devemos ter presentes duas situações totalmente diferentes: aqueles Estados que não as ratificam porque não as respeitam e os Estados que respeitam os princípios e direitos incluídos

nas Convenções, mas não as ratificam porque as mesmas chocam com algumas disposições das leis e práticas nacionais.

Parece-nos que a OIT deveria fazer uma reflexão profunda sobre as vantagens e desvantagens de aceitar, por unanimidade, as ratificações de Países com leis e práticas mais avançadas, apesar do não respeito integral por alguma disposição da Convenção.

O Trabalho Digno, com protecção social adequada, com direitos e sem precaridade, deve ser a base da organização económica e social. E a agenda desta Conferência é aqui, particularmente, importante: recomendação sobre a base de protecção social para todos, desemprego de jovens, direitos sindicais fundamentais.

Os Sindicatos têm um papel fundamental na definição e execução das políticas económicas e sociais, devendo ser respeitada a liberdade sindical e desenvolvida a negociação colectiva livre e autónoma e o diálogo social tripartido.

Com um sindicalismo de proposição e de acção assumimos o diálogo e o compromisso e consideramos o Pacto Mundial para o Emprego e a Agenda para o Trabalho Digno, aprovados tripartidamente na OIT, bases para a nossa acção.

Muito Obrigado, pela vossa atenção.